

Demonstrações Financeiras

**Guaraciaba Transmissora de Energia
(TP Sul) S.A.**

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... 1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 6

Demonstração do resultado 7

Demonstração do resultado abrangente 8

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 9

Demonstração dos fluxos de caixa 10

Demonstração do valor adicionado 11

Notas explicativas às demonstrações financeiras 12



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na Nota 4.a às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que, mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$1.571.347mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras .

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório



**Shape the future
with confidence**

porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC 2SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Pia Leocádia de Avellar Peralta', written over the CRC number.

Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC RJ-101080/O

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	40.564	48.521	Fornecedores		3.602	1.120
Contas a receber	7	13.098	16.746	Empréstimos e financiamentos	11	38.257	36.308
IRPJ e CSLL a recuperar		1.189	2.826	Debêntures	12	18.915	24.750
Estoque	10	30.892	21.407	Salários e encargos		1.049	938
Caixa Restrito	9	249	-	Impostos e contribuições sociais	14	1.571	1.728
Ativo de contrato	8	125.910	122.103	IRPJ e CSLL a recolher	14	592	894
Outros ativos		10.027	6.887	Dividendos a pagar	15	57.362	69.422
		221.929	218.490	Outros passivos		5.067	4.800
						126.415	139.960
Não circulante				Não circulante			
Caixa Restrito	9	27.529	28.376	Empréstimos e financiamentos	11	185.403	215.241
Ativo de contrato	8	1.445.437	1.447.704	Debêntures	12	84.580	92.407
Imobilizado		2.840	3.024	Provisão para Contingências	13	2.392	2.890
Intangível		-	12	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	156.840	140.872
		1.475.806	1.479.116			429.215	451.410
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15.a	733.832	733.832
				Reserva legal	15.b	29.071	26.719
				Reserva de lucros retidos	15.c	379.202	345.685
						1.142.105	1.106.236
Total do ativo		1.697.735	1.697.606	Total do passivo		1.697.735	1.697.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	16	142.056	140.654
Custo de construção	17	(11.660)	(13.790)
Custo de operação e manutenção - O&M	18	(14.329)	(17.196)
Lucro bruto		116.067	109.668
Despesas operacionais	19		
Pessoal		(3.538)	(3.451)
Serviços de terceiros		(1.528)	(2.932)
Perda de crédito esperada		(3.738)	(4.091)
Contingências		497	5.429
Outras Receitas		8	453
Outras despesas		(1.114)	(908)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e impostos		106.654	104.168
Receitas financeiras	20	9.858	8.481
Despesas financeiras	20	(39.731)	(39.777)
Resultado financeiro (líquido)		(29.873)	(31.296)
Resultado antes da tributação		76.781	72.872
Imposto de renda e contribuição social - corrente	14	(19.777)	(17.090)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	14	(9.963)	(9.698)
Lucro líquido do exercício		47.041	46.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	47.041	46.084
Total de resultado abrangente do exercício	47.041	46.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	733.832	24.415	312.850	-	1.071.097
Lucro líquido do exercício	-	-	-	46.084	46.084
Constituição de reserva legal	-	2.304	-	(2.304)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(10.945)	(10.945)
Reserva de retenção de lucros	-	-	32.835	(32.835)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	733.832	26.719	345.685	-	1.106.236
Lucro líquido do exercício	-	-	-	47.041	47.041
Constituição de reserva legal	-	2.352	-	(2.352)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(11.172)	(11.172)
Reserva de retenção de lucros	-	-	33.517	(33.517)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	733.832	29.071	379.202	-	1.142.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	76.781	72.872
Ajuste para:		
Remuneração do ativo de contrato	(117.315)	(117.269)
Margem de Construção	5.298	-
Depreciação e amortização	282	226
Despesas de juros de empréstimos e debêntures e custos de transação	38.668	39.383
Perda de crédito esperada	3.738	4.091
Provisão para Contingência	2.401	(5.429)
Atualização monetária	(148)	(342)
Redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(89)	(4.467)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.907	(1.897)
Outros ativos	(12.627)	(6.019)
Ativo de contrato	110.477	117.867
Fornecedores	2.482	338
Salários e encargos	111	(49)
Impostos e contribuições sociais	(157)	86
Pagamento Imposto de renda e contribuição social	(12.662)	(13.295)
Contingências	(2.899)	52
Outros passivos	(1.266)	1.709
Disponibilidade proveniente das atividades operacionais	94.982	87.857
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(27.892)	(30.903)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	67.090	56.954
Fluxo de caixa da atividade de investimento		
Caixa Restrito	598	(2.408)
Aquisição de Imobilizado	(86)	14.258
Intangível	-	7.296
Caixa líquido proveniente nas das atividades de investimentos	512	19.146
Fluxo de caixa da atividade de financiamento		
Pagamento de principal - Empréstimos e debêntures	(52.327)	(46.804)
Pagamento de Dividendos	(23.232)	(33.120)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(75.559)	(79.924)
Redução do caixa e equivalente de caixa	(7.957)	(3.824)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48.521	52.345
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	40.564	48.521
Redução do caixa e equivalente de caixa	(7.957)	(3.824)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita		
Receita	164.568	163.354
Perda de crédito esperada	(3.738)	(4.091)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de construção	(11.660)	(13.790)
Materiais	(3.773)	(5.460)
Serviços	(5.550)	(8.294)
Depreciação	(282)	(226)
Valor adicionado bruto	139.565	131.493
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado financeiro	10.336	8.895
Valor adicionado total a distribuir	149.901	140.388
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	7.372	6.916
Outros benefícios	1.535	1.411
FGTS	403	407
	9.310	8.734
Tributos		
Federais	53.230	49.460
Estaduais	114	512
	53.344	49.972
Remuneração do capital de terceiros		
Arrendamentos e aluguéis	958	683
Juros	39.731	39.777
Contingência	(497)	(5.429)
Doações, contribuições e subvenções	480	464
Outros	(466)	103
	40.206	35.598
Remuneração do capital próprios		
Lucro líquido do exercício	47.041	46.084
Total	149.901	140.388

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ("Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro, no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME").

A Companhia foi criada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH"), e pela Copel Geração e Transmissão S.A. ("COPEL GeT"), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 013/2012 ("Leilão"), realizado pela ANEEL.

a) Da concessão

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote B, formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e proporciona intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

O Contrato de Concessão nº 013/2012 foi assinado em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica é celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) e regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R\$ 73.080, foi sendo reajustada de tempos em tempos tendo sido o último reajuste em julho de 2025 quando a RAP teve reajuste de aproximadamente 5,32%, chegando a R\$ 154.032. O montante de RAP recebida no exercício de 2024 foi de R\$ 146.252.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

a) Da concessão--Continuação

Em setembro de 2016 a Companhia recebeu do ONS o Termo de Liberação Provisória (TLP) para início do escoamento parcial entre os trechos desde a subestação de Ribeirãozinho até a subestação de Marimbondo II, da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires.

Em 16 de fevereiro de 2018, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 30 de janeiro de 2018, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

Em 09 de fevereiro de 2021 foi publicada a Resolução Autorizativa (REA) 9693/2021 que autoriza a Companhia a implantar reforços em suas instalações de transmissão. O objeto da REA é a implantação de um banco de reatores na subestação de Marimbondo com prazo de construção de até 30 meses e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 3.198, data-base junho/2020 quando estiver operando. A companhia começou o investimento no terceiro trimestre de 2021.

Em setembro de 2022 foram concluídas as obras do Novo Ramal de Marimbondo (REA 9693/2021) e em 13 de outubro de 2022, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 24 de outubro de 2022.

Em 22 de abril de 2025 foi publicada a Resolução Autorizativa (REA) 16080/2025 que autoriza a Companhia a implantar o Reforço de Grande Porte em instalação de transmissão. O objeto da REA é a implantação de um banco de reatores de barra 500kV na subestação de Marimbondo 2 com investimento total de R\$ 46.404 e o prazo de construção de até 24 meses, com a Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 6.319, data-base junho/2024. A companhia começou o investimento no segundo trimestre de 2025.

b) Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

c) Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação (LO) expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 30 de agosto de 2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

d) Revisão Tarifária

Em setembro de 2022, a Companhia reconheceu como outras receitas operacionais o efeito da revisão tarifária sobre o ativo contratual, conforme previsto em Instrução emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O resultado da revisão tarifária para GTE foi o ajuste valor presente do ativo do contrato em aproximadamente R\$ 146.121.

2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações, emitidas pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, recuperabilidade dos impostos diferidos, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e mensuração--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram autorizadas pela administração em 05 de fevereiro de 2026.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Ativo de Contrato e remuneração do Ativo de Contrato

A Companhia mensura o Ativo de Contrato no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato ("Taxa de Remuneração") é estimada pela Companhia por meio de avaliações financeiras, utilizando-se de componentes internos e externos de mercado.

O saldo do Ativo de Contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro esperado descontado pela Taxa de Remuneração. O fluxo de caixa é impactado pelas estimativas da Companhia na determinação da Taxa de Remuneração, que deve remunerar o investimento na construção da infraestrutura. Além disso, no fluxo de caixa considera-se a indenização que se espera receber do Poder Concedente ao final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

a) Ativo de Contrato e remuneração do Ativo de Contrato--Continuação

A Companhia utiliza os seus resultados históricos e se necessário, busca dados de referência de suas acionistas, para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

b) Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

c) Margem, receita e custo de construção

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras intermediárias margem de lucro sobre os valores registrados a título de custo de construção da infraestrutura de transmissão com base em estimativas no início da concessão. A construção foi efetuada por terceiros, tendo em vista a natureza principal da companhia ser de uma concessionária de transmissão de energia elétrica.

d) Avaliação de instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 21.1 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

e) Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como ao valor e momento de resultados tributáveis esperados. Em virtude da natureza de longo prazo, a Companhia adota premissas para estimar os valores devidos de impostos. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.

Questionamentos por autoridades fiscais podem surgir em uma variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes nas jurisdições onde a Companhia atua. A Companhia constitui provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte de autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

e) Impostos, contribuições e tributos--Continuação

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 14.

f) Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas prováveis de cunho cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para que seja refletida na demonstração financeira intermediária o valor de melhor estimativa para pagamento futuro.

g) Provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

A Companhia adota a política de reconhecimento de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa com base na análise do prazo de vencimento dos títulos e no histórico de inadimplência dos clientes. São constituídas perdas esperadas no montante equivalente a 100% dos saldos vencidos há mais de 360 dias e 50% dos saldos vencidos entre 180 e 360 dias.

Adicionalmente, para clientes que apresentam histórico recorrente de atrasos e já possuem títulos provisionados, a Companhia aplica o percentual correspondente ao maior atraso identificado a todos os demais saldos vencidos do mesmo cliente, de forma a refletir adequadamente o risco de crédito associado.

5. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações financeiras.

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

5.2. Ativo de contrato

De acordo com o CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As adições decorrentes da infraestrutura de transmissão também são registradas como Ativo de Contrato.

5.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

5.4. Outros ativos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

5.5. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

5.6. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no Patrimônio Líquido.

5.7. Receita de remuneração do ativo de contrato

Refere-se à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura para transmissão de energia elétrica e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento (contrato de concessão) sobre o valor do investimento.

5.8. Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão (vide nota 4.b).

5.9. Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

5.10. Despesas de juros de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

5.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

5.11.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial, como ativo ou passivo fiscal, pelo valor apurado com base nos registros contábeis e no reconhecimento das receitas. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos vigentes na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados de acordo com as premissas informadas em legislação pertinente a cada imposto.

5.11.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de Demonstrações Financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

5.12. Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) à alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão (RGR) quotas anuais definidas com base em 2,5% do investimento "pro rata tempore", observado o limite de 3,0% das receitas da concessionária. É usada para financiar a reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL;
- As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 14.120/21 e Resolução Normativa ANEEL nº 998/20.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

5.13. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e, outros passivos financeiros.

a) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo ou passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

5.13. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento--Continuação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado do exercício.

c) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

5.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

5.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

5.16. Reforma Tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032.

A reforma tem como objetivo simplificar o sistema tributário, baseado na tributação no destino, a não cumulatividade, a legislação nacional única e a gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição à diversidade de regras vigentes. Durante o período de transição, as entidades devem avaliar os efeitos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, inclusive quanto à recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS sob o novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estão atualmente analisando os potenciais impactos contábeis trazidos pela reforma, sem nenhuma manifestação formal até a presente data. Enquanto isso, a está monitorando os efeitos potenciais sobre suas demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Bancos conta movimento	5.804	5.655
Aplicação financeira - CDB Paraná Banco	15.814	4.407
Aplicação financeira - Fundos Banco XP	18.946	17.172
Aplicação financeira - Fundos BTG Pactual	-	21.287
	40.564	48.521

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 102,40% e 104,40% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) respectivamente.

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Vencidos acima de 360 dias	6.460	3.357
Vencidos entre 181 a 360 dias	827	1.546
Vencidos até 180 dias	1.444	3.465
A vencer	12.196	12.469
Perda de crédito esperada	(7.829)	(4.091)
	13.098	16.746

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 do mês subsequente e 05 do mês posterior a este.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia passou a constituir a provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa . A Perda de crédito esperada é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	(4.091)	-
Adições	(6.865)	(4.091)
Reversões	3.127	-
Saldo Final	(7.829)	(4.091)

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativo de contrato

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela Remuneração Anual Permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo Poder Concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

A seguir é apresentada a composição do Ativo de Contrato da Companhia:

31 de dezembro de 2023	1.570.405
Receita de Remuneração	117.269
Amortização	(117.867)
31 de dezembro de 2024	1.569.807
Receita de Construção	6.363
Receita de Remuneração	117.315
Amortização	(122.138)
31 de dezembro de 2025	1.571.347

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	125.910	122.103
Não circulante	1.445.437	1.447.704
Total	1.571.347	1.569.807

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Caixa restrito

O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures, apresentado em garantia ao Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debêntures da Companhia. O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas nos instrumentos contratuais, sendo ajustado periodicamente conforme apuração realizada pelo banco administrador e pelos financiadores. A totalidade do saldo está aplicada em CDB ou em fundos de investimento lastreado em títulos públicos federais, conforme previsão contratual.

Além das contas reservas, o contrato estabelece que em caso de ICSD inferior a 1,2, a Companhia deverá preencher a Conta de Complementação de ICSD de forma a manter o montante equivalente à diferença monetária entre o índice apurado e o valor equivalente a um ICSD mínimo de 1,2. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi requerido compor a conta complementação de ICSD.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme segue:

	31/12/2025	Movimentação	31/12/2024
Pagamento Debêntures	249	249	-
Reserva de Debêntures	13.963	6	13.957
Reserva de BNDES	13.566	(853)	14.419
	27.778	(598)	28.376
	31/12/2025	31/12/2024	
Circulante	249	-	
Não circulante	27.529	28.376	
	27.778	28.376	

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Estoque

Os estoques são compostos principalmente por materiais essenciais para a manutenção de subestações, como reatores, transformadores, disjuntores, entre outros. Esses itens são consumidos de acordo com a demanda de manutenção preventiva e corretiva ao longo do exercício. Além disso, o estoque também abriga estruturas metálicas das torres das linhas de transmissão. O custo dos estoques é determinado pelo método de alocação de custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Bucha	4.256	489	(280)	4.465
Cabos	2.107	693	-	2.800
Disjuntor	3.614	-	-	3.614
Eletrodo	546	-	-	546
Para raio	-	404	-	404
Reator	49	3.159	(1.478)	1.730
Tiristores	416	233	-	649
Transformador	-	222	-	222
Estrutura metálicas de torres	8.703	3.985	-	12.688
Analizador de disjuntores de alta tensão	-	387	-	387
Espaçador	-	136	-	136
Circuito divisor de tensão	-	143	-	143
1998/24DS	-	385	-	385
CAD SUSP SP	-	195	-	195
Registrador de perturbação	-	132	-	132
Relé	-	94	-	94
Mecanismo de operação BLK	-	86	-	86
Outros	1.716	1.161	(661)	2.216
	21.407	11.904	(2.419)	30.892

	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Baterias	37	372	(409)	-
Bucha	-	8.074	(3.818)	4.256
Cabos	1.482	625	-	2.107
Disjuntor	3.614	-	-	3.614
Eletrodo	546	-	-	546
Reator	49	-	-	49
Tiristores	416	-	-	416
Estrutura metálicas de torres	9.814	1.675	(2.786)	8.703
Outros	1.589	974	(847)	1.716
	17.547	11.720	(7.860)	21.407

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	31/12/2025
BNDES Subcrédito A	240.314	23.959	(18.557)	(32.022)	213.694
BNDES Subcrédito B	10.035	965	(735)	(1.355)	8.910
BNDES Subcrédito C	1.200	94	(66)	(172)	1.056
	251.549	25.018	(19.358)	(33.549)	223.660

	31/12/2023	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	31/12/2024
BNDES Subcrédito A	267.463	22.611	(20.625)	(29.135)	240.314
BNDES Subcrédito B	11.186	906	(823)	(1.234)	10.035
BNDES Subcrédito C	1.349	85	(74)	(160)	1.200
	279.998	23.602	(21.522)	(30.529)	251.549

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	38.257	36.308
Não circulante	185.403	215.241
	223.660	251.549

Em 28 de setembro de 2016, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$440.000. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da Companhia, sob a forma de três subcréditos:

Subcrédito "A"

No valor de R\$420.000 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,42% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi liberado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve ser pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Subcrédito "B"

No valor de R\$17.854 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve ser pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

Subcrédito "C"

No valor de R\$2.200 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 151 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2021 e a última em 15 de fevereiro de 2034. Em 31 de dezembro de 2024 já haviam sido desembolsados R\$2.200 deste subcrédito C.

Como garantia do financiamento, a Companhia assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2026	2027	2028	2029 até o fim do contrato	Total
BNDES Subcrédito A	36.534	35.815	35.815	105.530	213.694
BNDES Subcrédito B	1.534	1.506	1.506	4.364	8.910
BNDES Subcrédito C	189	186	186	495	1.056
Total	38.257	37.507	37.507	110.389	223.660

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,20 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é requerida anualmente, na data base do exercício.

Principais cláusulas restritivas do BNDES

Adicionalmente, o contrato de financiamento estabelece covenants financeiros e obrigações a serem observados pela Companhia. As principais obrigações foram integralmente cumpridas, e, encontram-se transcritas abaixo:

- (a) Não constituir, sem autorização prévia do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos do Contrato de Cessão fiduciária.
- (b) Vincular, em favor de outro credor os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES.
- (c) Sem prévia autorização do BNDES, não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado.
- (d) Não firmar contrato de mútuo com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença a Beneficiária e/ou seus acionistas, inclusive AFAC, ressalvados os AFACs durante o período de implantação do Projeto, bem como não efetuar redução de seu capital social até a liquidação final das obrigações do contrato, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- (e) Manter, durante o período de amortização do contrato, recursos na "Conta reserva", com valores equivalentes a três vezes o valor da prestação mensal vincenda do serviço da dívida incluindo principal, juros e demais despesas pagas.
- (f) Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (g) Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).
- (h) Apurar anualmente o índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), calculado conforme metodologia constante no contrato

Em 31 de dezembro de 2025, não houve incidência de nenhum evento que requeresse comunicação ao BNDES.

12. Debêntures

Além do contrato de financiamento com BNDES, em 2018 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única para distribuição com esforços restritos, conforme ICVM 476, tendo a liquidação ocorrido em 03 de outubro de 2018. A emissão ocorreu nos termos da Lei 12.431/11, conforme alterada, tendo em vista o enquadramento do Projeto pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431);
- Código do ativo registrado na CETIP: TPSU12;
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;
- Data de emissão: 15/07/2018;
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019;
- Data de vencimento: 15/12/2030;
- Quantidades de debêntures emitidas: 118.000;
- Volume da Série: R\$118.000
- Tipo de Remuneração: IPCA;
- Taxa de Juros/Spread: 7,3870% a.a.;

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Debêntures--Continuação

- Garantias compartilhadas com o BNDES.

A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

	31/12/2024	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2025
Debêntures	118.957	13.590	(8.534)	(18.778)	-	105.235
Custo de transação	(1.800)	-	-	-	60	(1.740)
	117.157	13.590	(8.534)	(18.778)	60	103.495

	31/12/2023	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2024
Debêntures	129.131	15.482	(9.381)	(16.275)	-	118.957
Custo de transação	(2.099)	-	-	-	299	(1.800)
	127.032	15.482	(9.381)	(16.275)	299	117.157

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	18.915	24.750
Não circulante	84.580	92.407
	103.495	117.157

Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma de vencimento das Debêntures está detalhado a seguir:

	2026	2027	2028	2029 até o final do contrato	Total
Debêntures	19.245	18.918	22.357	44.715	105.235
	19.245	18.918	22.357	44.715	105.235

As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,20, a partir de 31 de dezembro de 2019, e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% durante toda a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2025 todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia. A mensuração do cálculo é requerida anualmente, na data base do exercício.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Debêntures--Continuação

Adicionalmente, o contrato de financiamento estabelece covenants financeiros e obrigações a serem observados pela Companhia. As principais obrigações foram integralmente cumpridas, e, encontram-se transcritas abaixo:

- (a) Ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM.
- (b) Redução do capital social da emissora, independentemente da distribuição de recursos às suas acionistas diretas e indiretas, ou cancelamento de adiantamento para futuro aumento de capital realizados por acionistas da emissora, sem prévia autorização do debenturista.
- (c) Não constituir, sem autorização prévia do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos do Contrato de Cessão fiduciária.
- (d) Vincular, em favor de outro credor, os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES.
- (e) Sem prévia autorização do BNDES, não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado.

Em 31 de dezembro de 2025, não houve incidência de nenhum evento que requeresse comunicação ao BNDES.

13. Provisão para contingências

A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas, em especial, a: (i) Causas Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (pleiteando a responsabilidade subsidiária da companhia), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; (ii) Cíveis, são referentes as Servidões Administrativas e Ação Indenizatória, que ocorre quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (espólios com inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). Decorrem também da intervenção no uso do capital de terceiros, seja na qualidade de confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para contingências--Continuação

As contingências provisionadas estão classificadas conforme abaixo:

	Provisões Trabalhistas	Provisões Tributária (a)	Provisões Cível (b)	Provisões Regulatórias (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro 2024	138	-	2.752	-	2.890
Adições	16	-	2.385	-	2.401
Pagamentos ou reversões	-	-	(2.899)	-	(2.899)
Saldo em 31 de dezembro 2025	154	-	2.238	-	2.392
Saldo em 31 de dezembro 2023	169	2.050	2.689	3.358	8.266
Adições	854	-	1.092	-	1.946
Pagamentos ou reversões	(885)	(2.050)	(1.029)	(3.358)	(7.322)
Saldo em 31 de dezembro 2024	138	-	2.752	-	2.890

- (a) Refere-se ao processo de ação anulatória do Auto de Infração nº 003/ISSQN/PMR/2017, lavrado em 17/10/2017, pela Secretaria da Fazenda do Município de Ribeirãozinho/MT, com vistas à cobrança de valores a título de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, referentes a fatos geradores supostamente ocorridos nos exercícios de 2013 a 2017. No segundo trimestre de 2024, os advogados encarregados pelo processo efetuaram a revisão do prognóstico de perda deste processo, alterando a sua classificação de provável para possível o montante de R\$2.050 acrescidos de atualizações. Com base nessa análise, a Companhia atualizou seu registro e divulgação.
- (b) Em dezembro/2025, após reavaliação técnica conduzida por assessores jurídicos com base em novos elementos processuais, houve revisão do prognóstico de perda de provável para possível em processos referentes à constituição de servidão administrativa destinados à instalação de linhas de transmissão de energia elétrica.
- (c) Provisão constituída em dezembro de 2023 para desconto de receita após queda de torre em função de evento climático extremo. Em janeiro de 2024, a Companhia reverteu a provisão após obter decisão liminar favorável suspendendo o desconto de qualquer valor até a decisão de mérito.

As contingências com prognóstico de perda possível estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	646	1.119
Tributária	2.921	2.559
Cível (a)	35.879	27.659
	39.446	31.337

- (a) A variação decorre, basicamente, das causas relacionadas à constituição de servidão administrativa destinados à instalação de linhas de transmissão de energia elétrica. Os assessores jurídicos atualizaram os prognósticos de alguns processos de perda provável para possível e atualizaram os valores das causas conforme indexador, no montante de R\$ 8.220.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados respectivamente com base no Lucro Real/Prejuízo Fiscal e Base Negativa. Foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixa futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos fiscais acumulados. Em 2024 a empresa destinou R\$1.280 referente aos incentivos da Lei Rouanet (4%), Lei do Esporte (2%), Fundo para a Infância e Adolescência (1%) e Fundo do Idoso (1%).

O valor do passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo de contrato.

Ativo Diferido				
Descrição	Base de cálculo	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2024	-	53.531	19.284	72.815
Adições 2025	10.605	(3.607)	(1.298)	(4.905)
Amortização 2025	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025		49.924	17.986	67.910
Passivo Diferido				
Descrição	Base de cálculo	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2024		157.143	56.544	213.687
Adições 2025	32.471	8.135	2.928	11.063
Amortização 2025	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025		165.278	59.472	224.750
Líquido em 31/12/2025	-	115.354	41.486	156.840
Líquido em 31/12/2024	-	103.612	37.260	140.872
Imposto a Recuperar				
Descrição		IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2024		1.937	889	2.826
Pagamento por estimativa		(291)	(297)	(588)
Saldo negativo 2024		-	-	-
Transferência Saldo Negativo		(1.646)	(592)	(2.238)
Outros		671	518	1.189
Saldo em 31/12/2025		671	518	1.189

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

Passivo Corrente				
	Descrição	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2024		621	274	895
Pagamentos 2024		(8.385)	(3.656)	(12.041)
Adições 2025		14.953	5.392	20.345
Compensação IR retido sobre aplicação financeira		(1.909)	-	(1.909)
Compensação imposto retido sobre faturamento		(85)	(23)	(108)
Compensação Prejuízos Fiscais / Base Negativa		(4.493)	(1.617)	(6.110)
Incentivo Cultural - Lei 8313		(480)	-	(480)
Saldo em 31/12/2025		222	370	592

Resultado - Diferido				
	Descrição	Base de cálculo	31/12/2025	31/12/2024
	IR diferido passivo - CPC 47 Receita de Ativo de Contrato	32.471	(8.337)	(9.047)
	IR diferido passivo - Provisão de Contingências	(497)	100	906
	IR diferido passivo - Provisão de PECLD	3.738	911	999
	CS diferida passivo - CPC 47 Receita de Ativo de Contrato	32.471	(3.018)	(3.257)
	CS diferida passivo - Provisão de Contingências	(497)	45	333
	CS diferida passivo - Provisão de PECLD	3.738	336	368
			(9.963)	(9.698)
Resultado - Corrente				
	Descrição		31/12/2025	31/12/2024
	Incentivo Cultural - Lei 8313		908	-
	Imposto de Renda corrente		(15.203)	(12.368)
	Contribuição social corrente		(5.482)	(4.722)
			(19.777)	(17.090)

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$733.832 (setecentos e trinta e três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e três reais) dividido em 733.832.303 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2025	31/12/2024	%
State Grid Brazil Holding S.A.	374.254	374.254	51%
Copel Geração e Transmissão S.A.	359.578	359.578	49%
	733.832	733.832	100%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76.

Em 09 de março de 2023, os acionistas aprovaram a postergação do pagamento de dividendos anteriormente destinados, em razão da emissão da Resolução Autorizativa 9693, para a implantação de um banco de reatores na Subestacao Marimbondo 2.

De modo a evitar qualquer descumprimento ao disposto no art. 205 da Lei nº 6.404/76, a Administração submeterá à Assembleia Geral Ordinária proposta para postergação dos prazos de pagamento dos dividendos declarados nos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

Em 10 de maio de 2024, a Companhia pagou o valor de R\$20.976 e em 27 de novembro de 2024, a Companhia pagou o valor de R\$12.144, referente à distribuição parcial de dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou o valor de R\$10.945, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R\$0,0149 para cada ação do capital social.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos --Continuação

Em 30 de maio de 2025, a Companhia pagou o valor de R\$23.232, referente à distribuição parcial de dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou o valor de R\$11.172, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R\$0,0152 para cada ação do capital social.

16. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de Construção	6.362	-
Remuneração dos ativos de contrato	117.315	117.269
Receita de Operação e Manutenção	40.502	45.282
Outras de Receitas	380	294
Receita operacional bruta	164.559	162.845
Deduções da receita operacional		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.405)	(1.412)
Reserva global de reversão - RGR	(4.996)	(4.634)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(554)	(548)
Pis	(2.773)	(2.782)
Cofins	(12.775)	(12.815)
Total receita operacional líquida	142.056	140.654

17. Custo de construção

	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	(6.228)	(1.888)
Serviços de terceiros	(402)	(12.923)
Servidão	(4.332)	(10.282)
Recuperação Custo de Construção	-	11.303
Edificações e obras civis	(694)	-
Móveis e Utensílios	(4)	-
Total	(11.660)	(13.790)

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Custo de operação e manutenção

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(5.772)	(5.282)
Materiais	(3.748)	(5.443)
Serviços de terceiros	(3.534)	(4.904)
Arrendamentos e aluguéis	(829)	(564)
Seguros	(419)	(386)
Tributos	(118)	(687)
Recuperação de despesas	91	70
Total	(14.329)	(17.196)

19. Despesas operacionais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(3.538)	(3.451)
Materiais	(25)	(17)
Serviços de terceiros	(1.528)	(2.932)
Arrendamentos e aluguéis	(129)	(119)
Seguros	(69)	(72)
Doações, contribuições e subvenções	(480)	(464)
Perdas de crédito esperada	(3.738)	(4.091)
Contingência	497	5.429
Tributos	(509)	(11)
Depreciação	(270)	(199)
Amortização	(12)	(26)
Outras Receitas	8	453
Outras Despesas	378	-
Total	(9.415)	(5.500)

20. Receitas (despesas) financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	10.053	7.843
Variações monetárias ativas	269	1.042
Juros sobre recebimentos	7	9
Outras receitas financeiras	7	1
Pis sobre receitas financeiras	(67)	(58)
Cofins sobre receitas financeiras	(411)	(356)
	9.858	8.481
Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(121)	(138)
Juros e multas	(687)	(1)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(38.607)	(39.083)
Despesas com debêntures	(60)	(299)
Outras despesas financeiras	(256)	(256)
	(39.731)	(39.777)
Total	(29.873)	(31.296)

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir as estratégias de controle e as ações para mitigação dos riscos e subsequentemente para monitorar esses riscos.

A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha cumprimento do plano de gerenciamento de riscos, revisando sua estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito também com base nas políticas dos acionistas da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas.

a) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	40.564	48.521
Conta a receber	13.098	16.746
Caixa restrito	27.778	28.376
	81.440	93.643

- Caixa e equivalentes de caixa: representado pelo valor mantido em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. A política de abertura de contas bancárias e aplicações financeiras restringe o relacionamento com instituições bancárias com rating mínimo de AA+. As aplicações devem ser feitas predominantemente em CDB.
- Contas a receber: a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Carta de Fiança Bancária - CFB e ii) Contrato de Constituição de Garantia - CCG.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gestão de riscos--Continuação

a) Riscos de crédito--Continuação

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário - CFB.
- Caixa restrito: representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debêntures da Companhia.

b) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de *commodities* e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de riscos.

Risco de taxa de juros: refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

<u>Instrumentos financeiros por indexador</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CDB-DI	15.814	4.407
FUNDO DE INVESTIMENTO BANCOS REFERENCIADOS DI	18.946	38.461

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gestão de riscos--Continuação

b) Risco de mercado--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros em aberto ao fim do exercício deste relatório. Para elaboração da análise de sensibilidade, considera-se a curva histórica dos índices econômicos, bem como projeções divulgadas por entes com reconhecimento de mercado.

Para aplicações financeiras, a política de investimentos da companhia restringe-se a instrumentos de renda fixa, estando sua exposição atrelada principalmente ao risco de variação do CDI, porém somente em relação aos ganhos financeiros, não havendo impacto nas contas de ativo.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - financiamentos

Com relação aos empréstimos e financiamentos, a exposição da companhia está relacionada à variação da TJLP, indexador do Contrato de Financiamento com o BNDES, e ao IPCA, indexador da Segunda Emissão de Debêntures.

As projeções indicativas para a variação da TJLP nos próximos meses não trazem alterações materialmente relevantes para o total de despesas financeiras da companhia no próximo período.

As variações do IPCA são capturadas no reajuste anual da RAP, rebalanceando o fluxo de caixa da Companhia e por isso, eventual aumento na despesa financeira seria acompanhado em aumento da Receita de Serviços, ainda que em momentos diferentes.

- Risco de inflação - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

c) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gestão de riscos--Continuação

c) Riscos operacionais--Continuação

- Risco técnico - a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, ainda que não haja desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades de suas Linhas de Transmissão. A Companhia mitiga o risco de perda de ativos mediante a contratação de cobertura securitária para a totalidade dos ativos de transmissão.
- Riscos regulatórios - a Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura - caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP.

O risco de atrasos na construção de novas instalações pode estar ligado ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- Risco de seguros - a Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, contratando cobertura para a totalidade de seu ativo e limitando os valores de indenização com base em estudos de perda máxima provável, resultando em elevados níveis de cobertura securitária.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gestão de riscos--Continuação

21.1. Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a Receber	Valor justo pelo custo amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa e equivalentes de caixa - contas correntes e aplicações financeiras conforme posição dos extratos bancários.
- Caixa restrito - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures.
- Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- Debêntures - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gestão de riscos--Continuação

21.1. Categorias de instrumentos financeiros--Continuação

Hierarquia do valor justo--Continuação

- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

22. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Na data de fechamento deste relatório, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Limite máximo de indenização	Apólice
	Início	Fim		
Riscos Operacionais	12/09/2025	12/09/2026	R\$60.000	02852.2025.0001.0196.0007482
Responsabilidade Civil	12/04/2025	12/04/2026	R\$10.000	5100000049525

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Transações com partes relacionadas

a) Remuneração de Administradores

Até 31 de dezembro de 2025 o total destinado à remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$995 (R\$1.036 em 31 de dezembro de 2024).

b) Operações comerciais

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				
Copel Geração e Transmissão S.A	Contas a receber	Receita Anual Permitida	148	184
COPEL Distribuição S.A.	Contas a receber	Receita Anual Permitida	466	535
		Total	614	719
Passivo				
Silvania Transmissora de Energia S.A.	Fornecedores	Custo de O&M	-	74
		Total	-	74
Dividendos a pagar				
Copel Geração e Transmissão S.A	Dividendos	Dividendos	28.107	34.017
State Grid Brazil Holding	Dividendos	Dividendos	29.255	35.405
			57.362	69.422
Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2025	31/12/2024
Resultado (Receitas)				
Copel Geração e Transmissão S.A	Receita Operacional	Receita Anual Permitida	2.119	4.423
COPEL Distribuição S.A.	Receita Operacional	Receita Anual Permitida	6.618	13.138
			8.737	17.561
Resultado (Despesas)				
State Grid Brasil Holding - Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	129	119
Itumbiara Transmissora de Energia S.A	Custo Operacional	Custo O&M	-	427
Silvania Transmissora de Energia S.A.	Custo Operacional	Custo O&M	1.091	531
			1.220	1.077